

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.215.194 - RJ (2017/0310591-4)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : CYRELA MONZA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA
ADVOGADOS : FLÁVIO DIZ ZVEITER - RJ124187
ANA CAROLINE ANDRADE CARDOSO - RJ151869
MARIA ROSA CALIFRER DE LIMA E OUTRO(S) - RJ157140
LARA SURRAGE DE SOUSA - RJ165986
RENAN CARRILHO GOMES - RJ200816
AGRAVADO : MARCUS VINICIUS CAVALCANTE COELHO
AGRAVADO : KATIA CARNEIRO DE PAULA
ADVOGADOS : MICHEL WEBBER COSTA NOVO - RJ100951
MIRIAN QUINTILHAN WEBBER COSTA NOVO - RJ095815

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra decisão que não admitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Eg. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado (e-STJ Fls. 37/38):

Agravo de instrumento. Relação de consumo. Pedido de liminar de reintegração de posse. Indeferimento. Manutenção. Ausência dos requisitos autorizadores para concessão da tutela de urgência. Possibilidade de perda do imóvel. Grave lesão e de difícil reparação para os adquirentes e terceiros. Demanda consignatória apensada. Julgamento que poderá influenciar a demanda possessória. Aplicação do verbete da súmula 59 do E. TJERJ. Jurisprudência e precedentes citados: 0061083- 27.2014.8.19.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO - DES. EDUARDO GUSMAO ALVES DE BRITO - Julgamento: 01/12/2014 - DÉCIMA SEXTA CÂMARA CÍVEL; 0041569-54.2015.8.19.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO - DES. REGINA LUCIA PASSOS - Julgamento: 27/01/2016 - VIGÉSIMA QUARTA CÂMARA CÍVEL CONSUMIDOR; 0027572- 04.2015.8.19.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO - DES. REGINA LUCIA PASSOS - Julgamento: 22/06/2015 - VIGÉSIMA QUARTA CÂMARA CÍVEL CONSUMIDOR; 0010605-78.2015.8.19.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO DES. SERGIO NOGUEIRA DE AZEREDO - Julgamento: 20/07/2015 - VIGÉSIMA QUARTA CÂMARA CÍVEL CONSUMIDOR; 0004362- 84.2016.8.19.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO DES CLAUDIO DELL ORTO - Julgamento: 29/02/2016 - DÉCIMA OITAVA CÂMARA CÍVEL. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 121/127).

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta violação dos arts. 30 da Lei n.º 9.514/97, 63 da Lei n.º 4.591/64, Decreto-Lei n.º 745/69, 1.228 do CC e 300, 493 e 1.022, I e II, do CPC/15. Sustenta, em síntese, que *a) há negativa de prestação jurisdicional; b) a suspensão do leilão, concedida em medida liminar pelo Tribunal de origem, prejudica a parte ora recorrente, e não considera o fato de que "o contrato firmado entre as partes está rescindido e os recorridos não possuem mais direito em residir no local" (fl. 137); e c) "os recorridos estão inadimplentes há anos em quantia superior a 200 mil reais (!), portanto, assumiram há muito tempo o risco de tais consequências ao deixarem de cumprir os pagamentos devidos, não sendo razoável admitir que o deferimento da liminar requerida seria uma 'surpresa' aos adquirentes em situação de inadimplência" (fl. 138).*

Apresentadas contrarrazões às fls. 154/162.

É o relatório. Passo a decidir.

De início, cumpre salientar que o acórdão recorrido foi publicado na vigência do novo CPC, motivo pelo qual o presente recurso será examinado à luz do Enunciado Administrativo nº 3 do Plenário do STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC"*.

O inconformismo não merece prosperar.

Verifica-se que não prospera a alegada ofensa ao art. 1.022 do Código de Processo Civil, tendo em vista que o v. acórdão recorrido adotou fundamentação suficiente, decidindo integralmente a controvérsia.

É indevido conjecturar-se a existência de omissão, obscuridade ou contradição no julgado apenas porque decidido em desconformidade com os interesses da parte. No mesmo sentido podem ser mencionados os seguintes julgados: AgRg no REsp 1.170.313/RS, Rel. Min. **LAURITA VAZ**, DJe de 12/4/2010; REsp 494.372/MG, Rel. Min. **ALDIR PASSARINHO JUNIOR**, DJe de 29/3/2010, AgRg nos EDcl no AgRg no REsp 996.222/RS, Rel. Min. **CELSO LIMONGI** (Desembargador convocado do TJ/SP), DJe de 3/11/2009.

De outro lado, em relação à tutela de urgência o Tribunal de origem concluiu, com base na interpretação dos elementos fáticos e probatórios dos autos, que

não estão presentes os indícios probatórios mínimos para a concessão da liminar de reintegração de posse pleiteada. Eis o teor do acórdão recorrido, *verbis* (fls. 39/41):

"Cinge-se a controvérsia a verificar se preenchidas as condições autorizadoras para a concessão da medida, initio litis, a teor do que dispõe o art. 300 do NCPC, segundo o qual, a antecipação dos efeitos da tutela pressupõe a demonstração inequívoca da verossimilhança das alegações autorais e do periculum in mora , considerando-se o acervo probatório dos autos.

Portanto, para fins de exame da verossimilhança, os documentos juntados devem ser de tal ordem, que sejam capazes de permitir a configuração de um elevado grau de probabilidade de acolhimento da pretensão posta em Juízo.

Registre-se que, a apreciação, em sede de agravo de instrumento, se dá em cognição sumária, fundada em juízo de verossimilhança e não de certeza, pelo que não há que se falar em valoração definitiva do conteúdo probatório.

No caso dos autos, a reforma da decisão prejudicará sobremaneira os agravados, vez que evidenciada a plausibilidade do Direito do requerente e o fundado receio de dano de difícil reparação, eis que a saída do imóvel onde residem, pode causar danos irreparáveis.

É imperioso destacar que, a situação poderá ser bastante grave para os eventuais adquirentes do imóvel, que também podem ser prejudicados se o bem for considerado irregular.
(...)

Tampouco se observa devidamente evidenciado o risco de lesão grave ou de difícil reparação à Agravante, em vista do porte econômico da empresa. Configurando-se, ao revés, o periculum in mora inverso , diante da relevância dos bens e valores envolvidos. Ora, a alegada necessidade patrimonial da agravante não pode se sobrepor ao interesse habitacional da agravada, principalmente nesta incipiente fase processual.

Saliente-se que, há demanda consignatória em apenso, pendente de julgamento e com certeza, a decisão proferida naquela demanda influenciará sobremaneira no julgamento da ação possessória.

Nesse contexto, verifica-se que a decisão agravada conferiu solução adequada à questão, eis que não se vislumbram, na espécie em análise, indícios probatórios mínimos, capazes de corroborar a alegada presença dos requisitos legitimadores da pretensão recursal".

Todavia, segundo a compreensão pacífica desta eg. Corte de Justiça, é inviável o exame, em sede de recurso especial, acerca da ocorrência, ou não, dos

requisitos para a concessão de tutela antecipada.

Com efeito, "esta Corte, em sintonia com o disposto na Súmula 735 do STF (Não cabe recurso extraordinário contra acórdão que defere medida liminar), entende que, via de regra, não é cabível recurso especial para reexaminar decisão que defere ou indefere liminar ou antecipação de tutela, em razão da natureza precária da decisão, sujeita à modificação a qualquer tempo, devendo ser confirmada ou revogada pela sentença de mérito. Apenas violação direta ao dispositivo legal que disciplina o deferimento da medida autorizaria o cabimento do recurso especial, no qual não é possível decidir a respeito da interpretação dos preceitos legais que dizem respeito ao mérito da causa." (AgInt no AREsp 980.165/BA, Rel. Ministra **MARIA ISABEL GALLOTTI**, QUARTA TURMA, DJe 09/2/2018).

Ademais, a alteração das conclusões a que chegaram as instâncias ordinárias demanda, no caso, a análise do acervo fático-probatório dos autos, o que, no entanto, é vedado pela Súmula 7 do STJ. A propósito:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. MEDIDA CAUTELAR DE CARÁTER ANTECEDENTE. TUTELA DE URGÊNCIA PREVISTA NO ART. 300 DO CPC/2015. COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS. LIVRE CONVENCIMENTO DO MAGISTRADO. PODER GERAL DE CAUTELA DO JUÍZO. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. INOVAÇÃO RECURSAL. NÃO CABIMENTO. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Não cabe, em regra, recurso especial com o escopo de reexaminar decisão ou acórdão que concede ou não medida liminar ou antecipação da tutela, tendo em vista a natureza precária de tal provimento, que não enfrenta, em cognição exauriente, o mérito da demanda.

2. A reforma do julgado demandaria, necessariamente, o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, providência incompatível com a via estreita do recurso especial, nos termos da Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça.

3. "Não se admite a adição de teses no agravo interno (não expostas no recurso especial), por importar inovação" (AgInt no REsp 1.474.245/PR, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 06/03/2018, DJe de 12/03/2018).

4. Agravo interno a que se nega provimento."

(AgInt no AREsp 1203222/GO, Rel. Ministro **LÁZARO GUIMARÃES** (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF

5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, DJe 30/4/2018)

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA. ART. 300 DO CPC/2015. SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. O Tribunal de origem, com base nos elementos de prova dos autos, concluiu pela presença dos requisitos para concessão da tutela antecipada. Alterar esse entendimento demandaria reexame do conjunto fático-probatório, vedado em recurso especial, em razão do óbice da Súmula n. 7/STJ.

2. Agravo interno a que se nega provimento."

(AgInt no AREsp 1203900/SP, Rel. Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**, QUARTA TURMA, DJe 16/4/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. TUTELA DE URGÊNCIA. SÚMULA 735 DO STF. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. SUMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Em sede de recurso especial contra acórdão que nega ou concede antecipação de tutela, o exame feito por esta Corte Superior restringe-se à análise dos dispositivos relacionados aos requisitos da tutela de urgência ficando obstando verificar-se a suposta violação de normas infraconstitucionais relacionadas ao mérito da ação principal. Precedentes.

2. A concessão ou revogação da antecipação da tutela pela instância recorrida fundamenta-se nos requisitos da verossimilhança e do receio de dano irreparável ou de difícil reparação aferidos a partir do conjunto fático-probatório constante dos autos, sendo defeso ao Superior Tribunal de Justiça o reexame dos aludidos pressupostos, em face do óbice contido na Súmula 7 do STJ.

3. Esta Corte, em sintonia com o disposto na Súmula 735 do STF (Não cabe recurso extraordinário contra acórdão que defere medida liminar), entende que, via de regra, não é cabível recurso especial para reexaminar decisão que defere ou indefere liminar ou antecipação de tutela, pois "é sabido que as medidas liminares de natureza cautelar ou antecipatória são conferidas à base de cognição sumária e de juízo de mera verossimilhança. Por não representarem pronunciamento definitivo, mas provisório, a respeito do direito afirmado na demanda, são medidas, nesse aspecto, sujeitas à modificação a qualquer tempo, devendo ser confirmadas ou revogadas pela sentença final. Em razão da natureza precária da decisão, em regra, não possuem o condão de ensejar a violação da legislação federal." (AgRg no REsp 1159745/DF, Min. Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 11/05/2010, DJe 21/05/2010).

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1292463/RS, Rel. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, DJe 28/8/2018)

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL. DECISÃO QUE INDEFERIU LIMINAR DE REGULAMENTAÇÃO DE VISITAS. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 300 DO CPC/2015. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Não cabe, em regra, recurso especial com o escopo de reexaminar decisão ou acórdão que concede ou não medida liminar ou antecipação da tutela, tendo em vista a natureza precária de tal provimento, que não enfrenta, em cognição exauriente, o mérito da demanda.

2. A reforma do julgado demandaria, necessariamente, o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, providência incompatível com a via estreita do recurso especial, nos termos da Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça.

3. Agravo interno não provido.'

(AgInt no AREsp 1056331/SE, Rel. Ministro **RAUL ARAÚJO**, QUARTA TURMA, DJe 21/9/2017)

"CIVIL E PROCESSUAL. AÇÃO ANULATÓRIA DE DOAÇÃO. TUTELA ANTECIPADA. DEFERIMENTO. INDISPONIBILIDADE DE QUOTAS. ASSEGURAR QUESTÕES RELATIVAS À REGULARIDADE NA ESCRITURA PÚBLICA DE DOAÇÃO. REQUISITOS DO ART. 273 DO CPC. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA N. 7 DO STJ. AÇÃO DE NATUREZA PESSOAL. PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA. PATRIMÔNIO DO DOADOR. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA N. 211 DO STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

(...)

II. O entendimento da instância ordinária a respeito de estarem ou não presentes os requisitos para a concessão de tutela antecipada não podem ser reexaminados por esta Corte, em face da Súmula n. 7 do STJ.

(...)

IV. Recurso especial não conhecido."

(REsp 890.168/ES, Rel. Min. **ALDIR PASSARINHO JUNIOR**, QUARTA TURMA, DJe 05/04/2010)

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator

